

**Conteúdo programático de prática processual**

**DIREITO PROCESSUAL PENAL, DO CONSUMIDOR E DIFUSOS E COLETIVOS**

**1. Prática Processual Penal -**

**1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)**

Pedro é filho de Ana, empregada que trabalha na residência da família Pereira. Ao tomar conhecimento, por meio de sua mãe, que os donos da residência estariam viajando para comemorar a virada de ano, vai até o local e subtrai o veículo automotor dos patrões de sua genitora, pois queria fazer um passeio com sua namorada. Desde o início, contudo, pretende apenas utilizar o carro para fazer um passeio pelo quarteirão e, depois, após encher o tanque de gasolina novamente, devolvê-lo no mesmo local de onde o subtraiu, evitando ser descoberto pelos proprietários. Ocorre que, quando foi concluir seu plano, já na entrada da garagem para devolver o automóvel no mesmo lugar em que o havia subtraído, foi surpreendido por policiais militares, que, sem ingressar na residência, perguntaram sobre a propriedade do bem. Ao analisarem as câmeras de segurança da residência, fornecidas pelo próprio Pedro, perceberam os agentes da lei que ele havia retirado o carro sem autorização do verdadeiro proprietário. Foi, então, Pedro denunciado pela prática do crime de furto simples. A denúncia foi recebida pelo juízo competente, qual seja da 1ª Vara Criminal da Comarca de Suzano. Os fatos acima descritos são integralmente confirmados durante a instrução, sendo certo que Pedro respondeu ao processo em liberdade. Foram ouvidos os policiais militares como testemunhas de acusação, e o acusado foi interrogado, confessando que, de fato, utilizou o veículo sem autorização, mas que sua intenção era devolvê-lo, tanto que foi preso quando ingressava na garagem dos proprietários do automóvel. Após toda a produção de provas o Ministério Público, em sua manifestação derradeira, requereu a condenação nos termos da denúncia. Advogado de Pedro foi intimado para apresentar defesa.

**2. Prática Processual em Direito do Consumidor**

**2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)**

## CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

A “IBB, Indústria de Bolachas e Biscoitos”, voltada para o segmento do público infantil, aproveitando-se de sucesso da série “The Umbrella Academy”, lançou campanha publicitária pela qual as crianças, apresentando sete embalagens da bolacha recheada BFF de fabricação exclusiva da IBB e mais o pagamento de R\$ 10,00 (dez reais), receberiam como brinde uma miniatura da figura de um dos 7 personagens da série. A propaganda estimulava também as crianças a possuírem cada uma das 7 (sete) miniaturas diferentes, para formar a coleção em questão. O Ministério Público com base no art. 81 do CDC ingressou com ação civil pública em face da “IBB”, visando coibir dita campanha, ao fundamento de se tratar de propaganda enganosa e abusiva, (art. 37, § 2º do CDC) além de se constituir venda casada, (art. 39, I, do CDC) buscando a condenação da empresa em danos morais coletivos. Citada, “IBB” apresenta questão preliminar, sustentando que o público alvo da campanha (as crianças) não poderia ser entendido e enquadrado na condição de consumidor, por faltar àquelas poder aquisitivo próprio para a compra das bolachas e o pagamento do valor adicional cobrado, bem como e em especial diante da menoridade das mesmas pelo viés da validade dos contratos. Requeria então a extinção do feito sem apreciação do mérito, por inaplicável a lei 8.078/90 ao caso em debate.

**Pergunta-se: Do ponto de vista de direito do consumidor, e considerando os termos da defesa, haverá aqui, relação de consumo ou não? Justifique sua resposta com no mínimo 1 página.**

### **3. Prática de Direitos Difusos e Coletivos**

#### **3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)**

A defensoria pública ajuizou ação contra a União, com a finalidade de obter medicamento considerado indispensável para o tratamento de saúde de determinada pessoa carente. No pedido, postulou a antecipação dos efeitos da tutela e o bloqueio de verbas públicas, caso o medicamento não fosse fornecido. Em face dessa situação hipotética, responda, com fundamento no entendimento firmado no STJ sobre o tema, aos seguintes questionamentos:

a) É possível a concessão de tutela antecipada e o bloqueio de verbas públicas contra a fazenda pública?

b) A União é parte ilegítima para figurar no polo passivo dessa ação?

## CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

### 4. Métodos alternativos de solução de conflitos no Direito do Consumidor

#### 4.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Ivanio se mudou para uma casa nova e entendeu que precisava adquirir novos armários de cozinha, pois so havia um gabinete em baixo da pia da cozinha. Se dirigiu a Lojas W, localizada próxima a sua casa e, junto com o vendedor, escolheu o tipo, cor, tamanho e número de módulos de armário aéreos que seriam adequados para sua cozinha, conforme os modelos que se encontravam expostos na loja. Ivanio escolheu a forma de pagamento, em 10 vezes no Cartão. O vendedor informou que a entrega seria realizada em 10 dias. Após 2 dias da aquisição dos armários, Ivanio pensou melhor e percebeu que os armários não eram tão necessários assim, pois ele possuía poucos utensílios de cozinha. Achou por bem voltar na loja e informar ao vendedor que não mais queria comprar os armários. Solicitou ao vendedor que suspendesse a cobrança pois queria desfazer a compra. O vendedor informou a ele não ser possível e que o produto já estava sendo entregue naquele dia, ou seja antes da data aprazada .

a) Ivanio tem o direito de arrependimento? Justifique

b) Mas se a entrega que fora prometida em 10 dias somente ocorresse 5 meses depois. Como Ivanio poderia proceder?

### 5. Audiências e visitas especificadas

5.1. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do trabalho**, pelo site <https://audiencionline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante** .

5.2. Assistir 03 (três) **audiências** de custódia, da **Justiça Comum Criminal**, pelo site <https://audiencionline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante** .

### 6. Prática Jurídica Real – 40 horas



## CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

☐ A prática jurídica real poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.

☐ A prática jurídica real também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva.

### ☐ **PARA OS ALUNOS QUE NÃO REALIZAM ESTÁGIO EXTERNO**

Entrar no canvas - <https://famonline.instructure.com/> , acessar o card - NUCLEO DE PRATICA JURIDICA VIRTUAL, ir ao item LABORATORIO DE PEÇAS PROCESSUAIS; acessar o item SAIBA MAIS.; em seguida acessar o item *vamos distribuir em 4 disciplinas, em 3 níveis nosso laboratório*: direito civil, trabalho, penal e constitucional . Todos eles estão divididos em nível 1, 2, e 3. Fazer 1 peça do nível 2 de cada disciplina, totalizando 4 peças.

OBS: Serão propostas atividades práticas semanais virtuais ou presenciais (quando possível) semanalmente no NPJ. Estejam atentos à divulgação pelo CANVAS.